

ESPLANADA GERAL

300 reais PARA OS SERVIDORES DA ATIVA? POR QUE NÃO mil reais para todos?

Indignação! Este é o sentimento que perpassou por toda a Esplanada, por todos os servidores que viram o centro da proposta do governo: aposentados e pensionistas vão receber uma miséria. Aliás, se analisarmos com cuidado os números, também os servidores da ativa vão receber uma miséria (ver quadro).

O SINDSEP-DF está na luta pra mudar isso aí! Estamos na luta da AGU, da FUNASA, da ANVISA e de todos os servidores, em todos os órgãos. Estamos na luta em todos os locais para construir os Planos de Cargos e Salários, generalizando direitos. Estamos na luta para evitar que propostas como essas continuem a prosperar, discriminando nossos aposentados e pensionistas. Estamos na luta para que não tenhamos mais que ouvir

que os servidores do Executivo vão receber R\$ 30 a mais no vale alimentação, enquanto o Congresso Nacional paga R\$ 420.

Afinal, o governo gasta R\$ 150 bilhões com os juros pagos aos banqueiros. Será que não poderá gastar R\$ 13 bilhões a mais para melhorar o serviço público, para tirar os servidores da Fome quase zero?

Nós estamos preparando o nosso Congresso em abril para organizar a nossa greve, junto com todo o funcionalismo para arrancar pelo menos os 10% de inflação do governo Lula, para arrancar os Planos de Cargos e Salários ou, por que não, para termos mil reais a mais no salário de cada servidor, seja ele da ativa ou aposentado.

Vamos à luta que poderemos ganhar!



2004 Campanha Salarial

Principais reivindicações:

- piso salarial de R\$ 950,00 – ou seja, 1/20 do teto aprovado pelo STF. Reivindicação aprovada pela assembléia do SINDSEP-DF (11/2/2004)
- antecipação já de 47,11% para quem não tem Plano de Carreira (reivindicação específica da base da Condsef)
- reposição das perdas salariais com correção das distorções
- abertura de concurso público, fim das terceirizações sem nenhuma demissão
- paridade entre ativos, aposentados e pensionistas
- incorporação de todas as gratificações
- recuperação dos serviços públicos
- data-base no mês de maio
- diretrizes do Plano de Carreira
- cumprimento dos acordos de greve

Aposentado TAMBÉM é gente!

ABAIXO A DISCRIMINAÇÃO!

Entenda a proposta do governo

O governo propõe dividir R\$ 1,5 bilhão para 900 mil servidores. Isto no momento em que se paga mais de R\$ 150 bilhões de dívida. Traduzindo a proposta do governo:

Cada banqueiro – R\$ 10 a 30 bilhões no ano!
Servidor do PCC (ativo) – R\$ 230 (em média) no mês

Servidor aposentado – R\$ 30!

VOCÊ ACHA JUSTO?

ASSEMBLÉIA GERAL DO SINDSEP
DIA 07 DE ABRIL – 12H – ESPAÇO DO SERVIDOR

O que nos interessa no PLANO DE CARREIRA?

Os “planos” que o governo vem criando, na verdade, não tem nada de Plano de Carreira. O que tem sido feito é a mera instituição de gratificações de produtividade que, ainda por cima, não são estendidas aos aposentados.

Nós queremos um verdadeiro Plano, com regras mínimas para fazer a transferência da situação atual para a nova situação. Qual a política do SINDSEP-DF?

Em primeiro lugar, nós defendemos a generalização dos direitos. Em qualquer proposta do governo, nosso objetivo é apresentar medidas que atendam aos interesses da maioria dos servidores e recuperem direitos como ascensão funcional, anuênios e outros.

Ao mesmo tempo, pro-

mos discutir a situação de outras categorias que estão junto com os servidores mas que sempre foram discriminadas, como os terceirizados, por exemplo. Aqui, nos referimos aos terceirizados que ganham pouco, são extremamente explorados e precisam ser atendidos pelo sindicato. Para que fique bem claro, o SINDSEP não defende aqueles (falsos) terceirizados que ganham salários milionários. Com a terceirização, perdem o serviço público, o servidor, o terceirizado e o governo. Os únicos a lucrar são as empresas privadas que fazem a intermediação. Defendemos a abertura de concurso em que a pontuação, para os terceirizados, levasse em conta o tempo de trabalho no serviço público.

O QUE FAZER?

Levando em conta a generalização dos direitos, batalhamos para construir uma tabela unificada a partir de um piso salarial para todo o serviço público e, assim, caminhar em direção à tabela proposta pelo Plano de Carreira da Condsef.

UM DETALHE IMPORTANTE

Depois da reforma da Previdência, não podemos mais utilizar o termo “Plano de Carreira”. Isso porque a reforma exige o mínimo de 15 anos na carreira para se aposentar. As entidades sindicais começam a trabalhar com os termos “Plano de Cargos e Salários” ou “Plano Especial de Cargos”. Só muda o nome, mas a reivindicação é a mesma.

FAZENDA



Assembléias discutem Plano de Carreira

Nos dias 18 e 19 de março aconteceram as assembléias dos órgãos regionais e centrais do Ministério da Fazenda. Os servidores discutiram os pontos positivos e negativos dos vários projetos de Plano de Carreira que estão circulando pelo ministério e fizeram uma proposta alternativa.

Segundo Luiz Bicalho, todos esses projetos têm em comum a criação de uma nova carreira. Isso significa, de acordo com as novas regras da Previdência, que os servidores terão que trabalhar mais 15 anos para se aposentar. “Além disso, esses planos criam as gratificações de desempenho ou aumentam as gratificações existentes e todos eles mantêm a atual tabela salarial do PCC”, completou Bicalho.

Nessa situação, o SINDSEP resolveu fazer propostas de alteração em cada caso. No Ministério da Fazenda, essa discussão está sendo feita nas assembléias locais e já aponta para um projeto alternativo. O mesmo está acontecendo no Ministério do Planejamento.

Qual o projeto dos servidores?

Em termos gerais, a proposta do SINDSEP refere-se a um Plano de Cargos e Salários em vez de Plano de Carreira; define uma tabela melhor para o PCC e incorpora todas as gratificações ao salário, acabando com as gratificações de desempenho. Ainda, inclui os pontos positivos de outros projetos, como a volta do anuênio, a gratificação de qualificação e ascensão funcional, por exemplo.

Nas assembléias da Fazenda discutiu-se também proibir a terceirização e realizar concursos para todos os cargos. Os atuais terceirizados e funcionários do Serpro receberiam pontuações para melhorar seu desempenho frente ao público geral.

Cada assembléia elegeu uma comissão de mobilização que, no final, foi eleita como delegada ao Congresso do SINDSEP.

“As assembléias foram muito boas, com uma participação ativa dos servidores. E os delegados eleitos para o Congresso são aquelas pessoas que estão ajudando na mobilização pelo Plano de Cargos e Salários”, avaliou Luiz Bicalho.

Haverá uma assembléia de todo o MF no dia 07 de abril, às 10 horas em frente ao ed. sede.

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De acordo com os artigos 62, 63, 64 e 79 do Estatuto do SINDSEP fica convocado o Congresso do SINDSEP/DF para os dias 27, 28 e 29 de abril de 2004, sendo delegados com direito a voz e voto. Os delegados serão eleitos nas Assembléias por local de trabalho na proporção de 1 delegado para cada 5 presentes ou fração de 3. As assembléias acontecerão de 18 de março a 23 de abril; as teses deverão ser entregues até 29 de março, às 18h no SINDSEP/DF. Os membros da diretoria Executiva são delegados natos ao Congresso. Pauta do Congresso: - Conjuntura Nacional e Internacional; - Balanço do Movimento e do SINDSEP; - Pauta de Reivindicações e Plano de Lutas; - Estatuto do SINDSEP/DF.

Ricardo Jácome
Secretário Geral – SINDSEP/DF

INDIGNAÇÃO NO HFA

No seminário do SINDSEP (4 e 5/3) foi aprovada por unanimidade uma moção de repúdio ao comandante Salim, oficial da Marinha lotado no HFA. Sem nenhum motivo, ele submeteu a delegada sindical do órgão, Luzimary de Menezes, a um terrível constrangimento no dia 3 de março. Ao sair do hospital, ela foi revistada e conduzida por uma oficial ao toalete, onde teve que se despir de suas roupas.

“Tal fato nos remetem aos tempos obscuros da ditadura militar, quando qualquer um era visto como suspeito”, diz a moção.

Contra qualquer injustiça e em nome da dignidade de todos os cidadãos, exigimos a devida retratação a Luzimary e a punição ao comandante Salim, para que episódios lamentáveis como este não voltem mais a acontecer.

MESA DE NEGOCIAÇÃO não avança

Mais uma reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (18/3) aconteceu sem grandes avanços para os servidores.

O secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sergio Mendonça, disse que havia uma "inclinação forte" no governo pela proposta de reajuste linear em percentual inferior a 2,67% para todos os servidores e aumento dos valores dos pontos nas gratificações de avaliação de desempenho das mai-

ores categorias. No caso de categoria que não tenha a referida gratificação, poderia vir a ser criada uma específica.

Segundo ele, as categorias que seriam "atingidas" por essa política seriam: PCC, Previdência, Universidades, Trabalho e Seguridade. Ainda disse que o tratamento seria "diferenciado" entre servidores ativos e aposentados.

Inaceitável

As entidades dos servidores federais cobraram do governo uma proposta detalhada e clara. Como é possível que até agora o governo não tenha respondido à nossa pauta de reivindicações? Mais do que isso, como pode estar "inclinado" a uma proposta de reajuste que nem sequer repõe a inflação do 1º ano do governo Lula, que foi de 9,56% (ICV-Dieese)? Como pode nos oferecer migalhas e diferenciar servidores ativos e aposentados com o argumento que não tem dinheiro? Como pode destinar R\$ 1,5 bilhão para o reajuste do servidor e R\$ 117 bilhões para os juros da dívida?

Diante deste impasse, os trabalhadores do serviço público estão começando a se organizar em todo o país e discutindo a perspectiva de greve para abril.

A participação dos servidores no Seminário do SINDSEP (4 e 5/3) mostrou toda a disposição da categoria ir à luta. Essa é a saída para que haja uma verdadeira negociação.

A maioria dos servidores ajudou a eleger esse governo para mudar a situação desastrosa em que se encontra o serviço público. Não vamos nos calar: vamos cobrar nas ruas o voto que depositamos nas urnas.



Reajuste do auxílio alimentação

Segundo informaram os representantes do governo, há a pretensão de reajustar para o vale alimentação dos servidores em 87%, de forma parcelada. Com o tal reajuste, o vale no DF ficaria em R\$ 162.

Os sindicalistas disseram que que-

rem isonomia com o Congresso Nacional (R\$ 412). Lembraram também que, desde o ano passado, quando houve um reajuste de 33% no benefício, a proposta era de que o reajuste fosse repassado de uma só vez, sem parcelamento.



SERVIDORES EXIGEM O REAJUSTE SALARIAL EM FRENTE AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Ciência e Tecnologia

Sindicalistas e governo acertaram a criação da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Ciência e Tecnologia.

PAUTA EMERGENCIAL

Para marcar o lançamento da Campanha Salarial, a pauta emergencial dos servidores públicos federais foi novamente protocolada no Ministério do Planejamento. Publicamos abaixo de forma resumida.

1. Reposição salarial de 127,3% - inflação acumulada de jan/95 a dez/2003 (calculada pelo ICV - Dieese).
2. Reposição imediata de 50,19% - inflação acumulada de junho/98 a dez/2003 (calculada pelo ICV - Dieese).
3. Correção das distorções - As várias tabelas diferenciadas, as mudanças nas carreiras, a criação autoritária de carreira típica, o fim de uma política isonômica, a barreira para a garantia da paridade - esses são alguns dos elementos que criaram distorções profundas entre os diversos setores dos servidores. Tais distorções aparecem nos salários, nas condições de trabalho, na recomposição dos serviços públicos prestados nos diversos órgãos e, finalmente, na vida real dos servidores.
4. Incorporação das gratificações produtivistas e da GAE - Uma das medidas principais para recompor o salário dos servidores é acabar com os penduricalhos no valor final dos salários. São gratificações inseguras porque não garantem o valor a ser recebido e podem ser retiradas a qualquer momento. A mesma insegurança refletiu-se na GAE, principalmente após a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos com servidores, e a Emenda Constitucional 19, que permite o corte das parcelas que não correspondem o salário base.
5. Diretrizes de Planos de Cargos e Salários.
6. Fixação da data-base em 1º de maio - A data-base do funcionalismo, fixada em janeiro de cada ano pela lei 7.706/89, vem sendo desrespeitada pelo Governo desde 1996. Reivindicamos o direito legítimo da data-base, mas no dia 1º de maio, quando se comemora em todo o mundo o Dia do Trabalhador.
7. Cumprimento dos acordos de greve - A greve é o último recurso dos trabalhadores para lutar pelos seus direitos. É inadmissível que o governo descumpra os acordos de greve, pois são direitos conquistados na luta.
8. Defesa da Universidade Pública e dos Serviços Públicos.

POR QUE SOMOS CONTRA A REFORMA SINDICAL?

A Assembléia Geral do SINDSEP (11/2) e a plenária da Condsef (14/2) aprovaram uma moção à CUT contra a decisão de sua Executiva de aprovar, por 12 votos contra 6, a proposta de reforma Sindical formulada no Fórum Nacional do Trabalho (FNT) com os patrões e governo.

O que significa a proposta do FNT?

1) É um profundo golpe na democracia, na organização sindical e nos direitos trabalhistas, a começar pela negação da liberdade de organização prevista nas Convenções 87 e 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um

dos princípios fundadores da nossa central.

2) Abre brechas objetivas para facilitar negociações onde o acordo acabará prevalecendo sobre a lei. Segundo a lógica da proposta, a lei não pode impedir as negociações e os acordos

têm a validade jurídica. Assim, numa negociação desfavorável aos trabalhadores, direitos como férias, 13º ou licença-maternidade (inscritos em lei) poderiam ser rebaixados ou eliminados.

3) Para os funcionários públicos, não garante o direito de acordo coletivo.

4) Cria uma organiza-

ção sindical de cima para baixo sob critérios rigorosos (em excesso) para a fundação e reconhecimento de sindicatos e centrais sindicais. Talvez só a CUT, CGT e Força seriam oficializadas. Elas teriam o poder de legitimar ou não a representação de base.

Nós apresentamos recur-

so às instâncias da CUT (Direção Nacional e Plenária Nacional) pela revogação da decisão da Executiva e para que a CUT se retire do FNT, preservando assim sua independência diante do governo. Aos trabalhadores, e só a eles, cabe decidir como organizar seus sindicatos e quem os representa.

ENCONTRO SINDICAL EM LUZIÂNIA

Mais de 1500 estudantes, militantes partidários e sindicalistas participaram do Encontro Sindical Nacional em Luziânia (GO) nos dias 13 e 14/3. O objetivo era discutir as reformas Sindical e Trabalhista, mas a tônica do Encontro foi a tentativa de dividir a CUT criando uma nova central, posição defendida pelo PSTU. Os adeptos do novo partido da Esquerda Socialista e Democrática também são simpáticos a essa idéia.

Tanto o SINDSEP-DF quanto a Condsef são totalmente contrários a propostas que dividam e enfraqueçam o movimento dos trabalhadores. Por meio da luta unitária poderemos impedir o projeto de reforma Sindical do FNT. A maioria dos sindicatos cutistas é contra essa reforma e contra a decisão tomada pela Executiva.

Um calendário de lutas deverá ser discutido pelos sindicatos.

Manifestações mundiais contra a Guerra



Centenas de milhares de manifestantes em todo o mundo fizeram do dia 20 de março o Dia Internacional de Luta contra a Guerra. A data marca um ano da ocupação no Iraque.

Na Itália, país aliado dos EUA, cerca de 1 milhão de pessoas tomou as ruas de Roma e exigiu o retorno das tropas italianas que estão no Iraque. A Espanha, vítima de um ataque terrorista que matou 202 pessoas no último dia 11, também foi palco de protestos em várias ci-

dades exigindo o retorno das tropas.

Na América Latina, também foi um dia de luta contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Isso porque a guerra militar e acordos de livre comércio são faces da mesma política de destruição liderada pelo governo dos EUA: apropriação das riquezas naturais, desmantelamento das nações e liquidação de direitos.

ALGUNS EXEMPLOS:

1) Os serviços públicos foram completamente destruídos após a ocupação das tropas "aliadas" no Iraque. Uma terra devastada

pelos interesses das multinacionais em controlar o petróleo do país. Os trabalhadores, que no governo Saddam não podiam se organizar em sindicatos, continuam sendo perseguidos e tendo o seu direito de livre organização negado.

2) O tratado de livre comércio da América do Norte (NAFTA) completou dez anos em 2004 causando o desemprego de 1 milhão de pessoas no México, Canadá e EUA.

Que as tropas de ocupação saiam do Iraque e do Haiti!

Que o governo brasileiro se retire das negociações da Alca!

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

30/3 – Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente

01/4 – Dia Nacional de Luta dos Servidores Públicos Federais - Lançamento da Campanha Salarial nos Estados com atos públicos e paralisações

14/4 – Manifestações nos estados

17/4 – Plenária da Condsef

18/4 – Plenária Nacional dos Servidores Federais

27 a 29/4 – Congresso do SINDSEP

CONGRESSO DO SINDSEP/DF

O XI Congresso do SINDSEP/DF está marcado para os dias 27, 28 e 29 de abril de 2004 e será realizado na CNTI.

A pauta do XI Congresso será Conjuntura Nacional e Internacional; Balanço do Movimento e do SINDSEP; Pauta de Reivindicações; Plano de Lutas e Estatuto do SINDSEP/DF.

www.sindsep-df.com.br

Visite nossa página na internet e fique por dentro das últimas notícias da Campanha Salarial.

"NÃO AO ENVIO DE TROPAS BRASILEIRAS AO HAITI"

No seminário do SINDSEP (4 e 5/3) e na Plenária Nacional dos Servidores Federais (16/3) foi aprovada uma moção ao governo Lula para que o Brasil não participe da pretensa "força de paz" no Haiti, como chegou a anunciar o portavoza da presidência.

"A invasão do Haiti, longe de ajudar o seu povo, aprofunda o massacre e a miséria e prepara a invasão da Venezuela. Assim, exigimos que o governo volte atrás na decisão de remeter tropas ao Haiti para participar da invasão", diz o documento.

O povo haitiano tem o direito de decidir o seu próprio futuro!

Jurídico

Ação contra desconto na aposentadoria

A partir da aprovação da reforma da Previdência, está previsto para o mês de abril o desconto de 11% para as aposentadorias e pensões acima de R\$ 1.440,00. O SINDSEP-DF está ajuizando ações individuais a favor de seus filiados.

Para isso, é necessário que os aposentados e pensionistas tragam

ao sindicato o último contracheque e Portaria de Aposentadoria (ambas cópias autenticadas pelo próprio órgão); CPF e Cédula de Identidade (cópias autenticadas) e preencher a Procuração, disponível na sede do sindicato e no site www.sindsep-df.com.br.